



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11075.721236/2011-97  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2402-005.122 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 09 de março de 2016  
**Matéria** IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA – IRPF  
**Recorrente** MARIA BEATRIZ VIELMO LIMA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Ano-calendário: 2009

**DEDUÇÃO COM DEPENDENTES. COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA.**

Deve ser restabelecida a dedução com dependentes quando apresentada documentação comprobatória do respectivo vínculo.

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS PERCEBIDOS POR DEPENDENTES.**

Os rendimentos percebidos pelos dependentes devem ser submetidos ao ajuste anual, em conjunto com os auferidos pelo contribuinte.

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS. IRRF. DECLARAÇÃO DE AJUSTE.**

Os valores referentes ao imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos recebidos em virtude de ação judicial compõem o total de rendimentos tributáveis, não cabendo sua prévia exclusão para fins de informação na Declaração de Ajuste Anual.

**DESPESAS MÉDICAS. FALTA DE COMPROVAÇÃO.**

É ônus do contribuinte, para fins de dedução no imposto de renda, trazer a prova das deduções de despesas médicas pleiteadas na DIRPF.

Recurso Voluntário Provisto em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso voluntário, para fins de restabelecer a dedução com dependentes no valor de R\$3.460,80.

Ronaldo de Lima Macedo - Presidente

Ronnie Soares Anderson - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ronaldo de Lima Macedo, Kleber Ferreira de Araújo, Lourenço Ferreira do Prado, Ronnie Soares Anderson, Marcelo Oliveira, Natanael Vieira dos Santos e João Victor Ribeiro Aldinucci.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre (RS) - DRJ/POA, que julgou procedente Notificação de Lançamento de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) ajustando o saldo do imposto a pagar declarado de R\$ 6.4599,95 para o montante de R\$ 7.832,75 a título de imposto suplementar, relativo ao ano-calendário 2009.

O lançamento decorreu da apuração das seguintes infrações (fls. 21/29)

- 1) Omissão de rendimentos recebidos de Garcia & Martins Administração e Serviços S/S Ltda (CNPJ 08.182.992/000127), beneficiária CPF nº 010.744.29060, Cristiane Paola Vielmo Lima, no valor de R\$ 9.798,52;
- 2) Omissão de rendimentos recebidos de Instituto Nacional do Seguro Social (CNPJ 29.979.036/000140), beneficiário CPF nº 244.530.13000, José Luiz da Silva Lima, no valor de R\$ 13.867,62
- 3) Omissão de rendimentos decorrentes de ação da justiça federal, no valor de R\$ 1.326,63;
- 4) Dedução indevida com dependentes, Pâmela Vielmo Lima e Aecsander Vielmo Lima, por falta de apresentação de certidão de nascimento, valor R\$ 3.460,80;
- 5) Dedução indevida de despesas médicas, por falta de comprovação, no valor de R\$ 813,00.

A contribuinte não logrou êxito com a impugnação vertida às fls. 2/3, havendo o julgamento de primeiro grau mantido integralmente o lançamento (fls. 43/50), motivo pelo qual foi interposto recurso voluntário em 26/2/2013, no qual ela aduz, em síntese:

- que não avisou o contador para não colocar sua filha Cristiane Paola Vielmo Lima como dependente, admitindo o erro;
- que pelo pouco que sabe, seu marido José Luis da Silva Lima, dependente na declaração, tem o salário não tributável por motivo de moléstia grave;
- que o processo referente à ação judicial tem natureza alimentar, não sendo descontado imposto de renda;
- junta certidão de nascimento dos filhos Pâmela Vielmo Lima e Aecsander Vielmo Lima;
- e que a glosa de R\$ 813,00 refere-se a valor pago ao INPS Uruguiana Club.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Ronnie Soares Anderson, Relator

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

Inicialmente, cabe frisar que a inclusão de dependentes que recebam rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual obriga a que sejam incluídos tais rendimentos na Declaração de Ajuste Anual do declarante, em conformidade com o disposto no art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e com as orientações contidas nos Manuais "Perguntas e Respostas do IRPF" disponibilizados a cada ano-calendário pela Receita Federal do Brasil.

Optando, assim, por informar Cristiane Paola Vielmo Lima como dependente na DIRPF/2010, deveria ter a contribuinte oferecido os rendimentos por aquela percebidos à tributação; não o havendo feito, consequente a constituição do crédito tributário de ofício.

Nessa toada, a escusa de que ocorreu erro do contador contratado para o preenchimento das declarações não lhe traz proveito. Segundo os arts. 121 e 122 do Código Tributário Nacional (CTN), o sujeito passivo da obrigação tributária, seja ela principal ou acessória, é por ela responsável, não ilidindo seus deveres legais eventual avença com terceiros, consoante regra o art. 123 desse diploma.

De rigor, assim, manter a infração de omissão de rendimentos recebidos de Garcia & Martins Administração e Serviços S/S Ltda (CNPJ 08.182.992/000127).

Também não prospera a alegação de que os rendimentos auferidos por seu dependente José Luiz da Silva Lima seriam isentos dada sua condição de portador de moléstia grave, visto que o único laudo médico apresentado, à fl.86, tem a natureza de laudo médico particular, e não oficial, como requer o art. 30 da Lei nº 9.250/1995, para fins de gozo do benefício insculpido nos incisos XIV e XXI do art. 6º da Lei nº 7.713/1988.

Melhor sorte não favorece à tese de que os valores recebidos do Banco do Brasil em virtude de ação judicial teriam caráter alimentar, não estando sujeitos ao imposto de renda; pelo contrário, as decisões constantes às fls. 58/64 denotam que se tratam de verbas atinentes à remuneração de servidores públicos, sem que haja qualquer menção à existência de verba indenizatória, nos termos da legislação tributária.

Aliás, consoante documentos de fls.67 e 69, as quantias em questão sofreram a incidência de imposto de renda na fonte no montante de R\$ 1.326,63, sendo o equívoco da recorrente ter descontado tal valor do montante de R\$ 44.221,29 recebidos na indigitada ação, para fins de informação da DIRPF/2010, e, em simultaneamente, informado aquele mesmo valor como retenção na fonte correspondente (fl. 16).

Sem reparos, também nesse aspecto, o lançamento, o qual deve ser modificado, contudo, para que se aceite a dedução com os dependentes Pâmela Vielmo Lima e Aecsander Vielmo Lima, para os quais foram juntadas as respectivas certidões de nascimento, das quais se constata que ambos tinham menos de 21 anos no curso do ano-calendário 2009, atendendo ao disposto no inciso III do art. 35 da Lei nº 9.250/1995.

Por fim, cabe manter a glosa de R\$ 813,00 referente a dedução de despesas médicas, por não ter a contribuinte trazido nenhum documento que comprovasse a despesa., nos termos do inciso III do § 2º do art. 8º da Lei nº 9.250/1995.

Ante o exposto, voto no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso voluntário, para fins de restabelecer a dedução com dependentes no valor de R\$ 3.460,80.

Ronnie Soares Anderson.